

MUSA

museus, arqueologia & outros patrimónios

Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal

Setúbal, 2004

1

MUSA

museus, arqueologia & outros patrimónios

**Volume 1
Setúbal 2004**

**FIDS & MAEDS
Autarquias do Distrito de Setúbal**

Ficha Técnica

Edição

Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal (FIDS) e Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS)

Direcção

Victor Borrego (Presidente da Assembleia Distrital de Setúbal)

Coordenação Editorial

Joaquina Soares

Conselho Científico

António Nabais
Carlos Tavares da Silva
João Luís Cardoso
Mário Canova Moutinho
Mário Varela Gomes
Victor S. Gonçalves
Vitor Serrão

Conselho Redactorial

Antónia Coelho-Soares
Fátima Contramestre de Almeida
Fernanda do Vale
Germesindo Silva
João Carlos Faria
Luís Ferreira
Maria Graça da Silveira Filipe
Maria Rosa Peralta Sousa Silva
Maria Teresa Rosendo
Miguel Correia
Teresa Rosa Gomes da Cruz Silva

Secretariado e correspondência



MAEDS

Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal
Av. Luisa Todi, 162; 2900-451 Setúbal (Portugal)
Telefs - (351) 265239365/265534029; Fax - (351) 265527678
Email - maeds@mail.telepac.pt

Capa

Fotografia inédita, de autor desconhecido, propriedade do MAEDS.
Cais da Torre do Outão, com hiato de Setúbal, 1908.

Execução gráfica

Ana Paula Covas
António Caetano de Campos Ramos
Jan van Krimpen

Impressão e acabamento

Impripal Artes Gráficas, Lda. - www.imprupal.com

Depósito Legal n.º

221991/05

ISSN

1646-0553

Tiragem

1400 exemplares

Nota de Abertura

É com inegável prazer que anuncio a publicação da revista *MUSA*, em atenção ao seu valor intrínseco, enquanto repositório de importantes artigos, originais, sobre o património cultural do Distrito de Setúbal, aqui abordado na dupla vertente da investigação e da divulgação.

Igualmente importante é o valor simbólico da *MUSA*, uma vez que revela a capacidade do Poder Autárquico da região em encontrar consensos e pontes de diálogo, ao serviço da cooperação supramunicipal.

De facto, é crescente a consciencialização colectiva sobre a necessidade de reforçar a acção intermunicipal nos domínios da cultura, do ambiente, da educação, da saúde, do turismo. Precisamente nesta lógica, se enquadra o papel da Assembleia Distrital de Setúbal e nesse âmbito a edição da presente publicação.

A revista *MUSA* é, em grande parte, suportada pelo funcionamento do Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal, o qual configura a primeira rede de museus de carácter regional a surgir no país e cujo exemplo espero que frutifique.

A presente publicação constitui um desafio ousado, pelo esforço e dedicação que pressupõe e congregou o entusiasmo de muitos especialistas nas questões da cultura e do património, que em boa hora elegeram o Distrito de Setúbal como campo de estudo; para eles vão as minhas saudações e agradecimento.

Desejo, igualmente, agradecer os apoios que alguns parceiros institucionais e sócio-económicos disponibilizaram para esta iniciativa e, finalmente, fazer votos para que a *MUSA* vá ao encontro dos interesses da Comunidade Distrital e a possa também inspirar.

O Presidente da Assembleia Distrital de Setúbal

Victor Borrego

Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal – **FIDS**

Integrado por:

- + Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal/Assembleia Distrital de Setúbal
- + Museu Municipal de Alcácer do Sal/Câmara Municipal de Alcácer do Sal
- + Museu Municipal de Alcochete/Câmara Municipal de Alcochete
- + Museus Municipais de Almada/Câmara Municipal de Almada
- + Serviços Culturais/Câmara Municipal do Barreiro
- + Serviços Culturais/Câmara Municipal de Grândola
- + Departamento de Acção Sociocultural/Câmara Municipal da Moita
- + Museu Municipal de Montijo/Câmara Municipal de Montijo
- + Museu Municipal de Palmela/Câmara Municipal de Palmela
- + Museu Municipal de Santiago do Cacém/Câmara Municipal de Santiago do Cacém
- + Ecomuseu Municipal do Seixal/Câmara Municipal do Seixal
- + Museu Municipal de Sesimbra/Câmara Municipal de Sesimbra
- + Museus Municipais de Setúbal/Câmara Municipal de Setúbal
- + Museu Municipal de Sines/Câmara Municipal de Sines

Patrocínios

Administração do Porto de Sines



Fundação para a Ciência e Tecnologia



Região de Turismo de Setúbal - Costa Azul



A revista *MUSA* surge, essencialmente, em resultado da dinâmica do Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal, plataforma de debate das questões do património, abordadas a partir dos museus. Sem regulamentos prévios, deixando que a realidade concreta se espelhe na acção e oriente o rumo do FIDS, constrói-se o percurso, caminhando. Não se procura a homogeneidade, antes se aposta na diversidade, na diferença, na crítica. As vozes críticas obrigam à reflexão, mas supõem também firmes princípios de cooperação e solidariedade. Com base nas muito diversas posturas sócio-ideológicas, foi possível avançar com o presente projecto editorial de forma inclusiva, com a participação de todos os concelhos do Distrito de Setúbal, e este é o aspecto que mais valorizamos, porque mostra a capacidade que a região possui para se associar em torno de projectos de interesse comum, e particularmente de vocação cultural.

Este volume possui, evidentemente, um carácter experimental; o próximo será provavelmente melhor estruturado. Tentou-se conciliar o inconciliável, ou talvez não, quando se assumiu a publicação de originais de carácter científico, resultantes de projectos de investigação, e de textos de divulgação, acessíveis a um grande público. O propósito de servir esse vasto público interessado nas áreas do património, museologia e arqueologia, na dupla perspectiva da divulgação e da produção de novos conhecimentos, confere à revista um interesse duradouro.

A *MUSA* encontra-se organizada em várias secções, fisicamente delimitadas no corpo da revista, para melhor orientação dos leitores; a sua temática centra-se nas diversas modalidades do património cultural (procurou-se, aliás, reunir textos reveladores dessa abrangência); mostra-se aberta à colaboração de especialistas nos domínios atrás referidos; a sua geografia, de partida ou de chegada, deverá ser o Distrito de Setúbal; a base autárquica em que a revista assenta não pode, no entanto, ser confundida com autarcia e o campo geográfico de incidência da revista deve ser entendido de forma flexível; textos teóricos, sem um suporte territorial determinado, terão o melhor acolhimento.

Parece-nos razoável apostar em uma periodicidade anual. Os prazos de entrega de textos e de revisão de provas terão de ser objecto de calendarização; as normas de publicação são disponibilizadas desde já, no final deste volume. Da periodicidade da revista resulta que a agenda cultural, conforme a tínhamos pensado no início deste processo, poderá não cumprir, integralmente, os seus objectivos de informação atempada; terá pois de sofrer apreciáveis melhoramentos, destinando-se sobretudo a anunciar realizações programadas com muita antecedência e/ou à produção de reflexões e opiniões sobre eventos culturais ocorridos ou não no Distrito.

A Coordenadora Editorial

Joaquina Soares

Índice

Museus	9
Mário Canova Moutinho <i>Os Compromissos dos Museus com a Sociedade</i>	11
António Nabais <i>Museu-oficina de Artes Manuel Cargaleiro. Quinta da Fidalga (Seixal)</i>	15
João Carlos Faria <i>Alcácer do Sal: páginas de história, a história de um museu</i>	19
Elsa Afonso e Paula Costa <i>Museu Municipal de Alcochete. Um museu em desenvolvimento</i>	23
Ângela Luzia e Maria Rosa Silva <i>Almada - apontamentos para a história de uma cidade</i>	28
Germesindo Silva <i>Museu Mineiro do Lousal. Espaço de encontro e cultura</i>	40
Maria Teresa Rosendo <i>O Museu Municipal de Palmela apresenta-se</i>	44
Graça Filipe <i>Antecedentes da criação de um museu no concelho do Seixal. Das ideias e acções anteriores a 1974, à emergência de um projecto cultural e do museu municipal</i>	51
Luís Jorge Rodrigues Gonçalves <i>Museu Municipal de Sesimbra. Programa de desenvolvimento</i>	61
Antónia Coelho Soares <i>Um projecto museológico para Sines</i>	67
Joaquina Soares <i>Museu/Museus. Operacionalizar funções</i>	75

Arqueologia	81
Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares <i>Intervenção arqueológica no sítio neolítico de Brejo Redondo (Sines)</i>	83
Antónia Coelho Soares e Carlos Tavares da Silva <i>Novas oficinas de produção de preparados piscícolas na área urbana de Sines. Intervenção arqueológica na Rua Ramos da Costa</i>	111
Eurico Sepúlveda <i>Os Murrii. Oleiros tardo-italicos</i>	123
Carlos Tavares da Silva, Joaquina Soares e Susana Duarte <i>Preexistências de Setúbal. Intervenção arqueológica na Rua António Maria Eusébio, 85-87</i>	137
Outros Patrimónios	153
T.M. Azevêdo, M. Abreu e A.M. Galopim de Carvalho <i>Uma vez mais a Pedra Furada</i>	155
Vitor Serrão <i>O mestre do retábulo da Igreja da Misericórdia de Almada (1590): O pintor Giraldo de Prado</i>	161
Vanessa de Almeida <i>Mausoléu de Alfredo da Silva</i>	176
Marisol Aires Ferreira <i>Património construído da aldeia de Melides</i>	181
Teresa Rosa Silva <i>Os recursos da Borda d'Água no contexto sócio-económico do Tejo</i>	186
Fátima Contramestre de Almeida <i>Contributo para um Guia do Arquivo Histórico Municipal de Montijo</i>	193
José Matias <i>Património molinológico do concelho de Santiago do Cacém</i>	200

Recensões, Publicações e Informações	213
Mário Varela Gomes <i>“Mais um escalpe no meu cinto”. A propósito de “Os Hipogeus Pré-Históricos da Quinta do Anjo (Palmela) e as Economias do Simbólico”, de Joaquina Soares</i>	215
Susana Duarte <i>Ler Arqueologia e Património na biblioteca do MAEDS. Títulos inventariados em 2003</i>	219
Câmara Municipal de Alcácer do Sal	229
Câmara Municipal de Alcochete	230
Câmara Municipal de Almada	231
Câmara Municipal do Barreiro	233
Câmara Municipal de Grândola	235
Câmara Municipal da Moita	237
Câmara Municipal de Montijo	239
Câmara Municipal de Palmela	241
Câmara Municipal de Santiago do Cacém	244
Câmara Municipal do Seixal	245
Câmara Municipal de Sesimbra	249
Câmara Municipal de Setúbal	251
Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal/Assembleia Distrital de Setúbal	253

Almada – apontamentos para a história de uma cidade

ÂNGELA LUZIA*
MARIA ROSA SILVA**

RESUMO

Definem-se as grandes etapas da evolução da cidade de Almada, objecto de uma política museológica e de preservação do património orientada para a participação cidadã, o associativismo cultural e a comunidade educativa.

A localização de Almada na margem esquerda do Tejo sobre uma falésia fósil virada a Sul e protegida dos ventos dominantes dos quadrantes Norte, a fertilidade da região, a abundância de água doce e a proximidade de varadouros e abrigos fluviais justificam uma ocupação humana contínua, testemunhada pelo rico património arqueológico do concelho. Historicamente a localização face ao Tejo assegura uma importância estratégica de defesa, permitindo o domínio visual da entrada atlântica e das rotas comerciais entre o litoral, o norte e o sul, confluentes no chamado “mar da palha”. A facilidade de acesso fluvial à margem Norte favorece também o desenvolvimento agrícola da área de charneca, incentivando a implantação manufactureira e industrial.

Em termos geológicos, confronta-se com o rio através de uma arriba e terrenos miocénicos a Norte e Oeste, a cerca de 50 metros acima do nível do mar. A Sul e a Este é caracterizada por areias plio-pleistocénicas. “*As camadas miocénicas, de formação mais antiga e cuja idade não deverá ultrapassar os 20 milhões de anos, são compostas por argilas, areias e calcários, em diferente estado de consolidação, contendo no seu seio vestígios petrificados de animais e*

ABSTRACT

The major stages of evolution of the city of Almada have been established, and these are the principal object of preservation of the cultural heritage. The practice of the museum is that of engagement with the citizens, through contact with cultural and educational organisations.



Fig. 1 - Vista aérea da frente ribeirinha de Almada. Em primeiro plano, Cais do Ginjal.

* Directora do Projecto do Museu da Cidade

** Chefe de Divisão de Museus

plantas:[...]”¹

Os trabalhos arqueológicos realizados nos últimos anos parecem indicar que a fixação das populações caracteristicamente mediterrânicas se estenderia de Lisboa para Almada, pois ambos os habitats permitiam uma continuidade ao longo do vale do Tejo.

As condições naturais de cada região funcionaram como factor fundamental para a fixação de povos na Pré-História, pois delas dependiam para a sua sobrevivência diária: materiais para o fabrico de instrumentos e de armas, água para beber, fauna para a caça e flora para a recollecção. As melhores ou piores condições permitiriam uma estadia de maior ou menor duração num determinado local.

Remontam ao Paleolítico os vestígios de presença humana no concelho, apesar de não serem em grande número. As principais estações arqueológicas desta época estão situadas sobre arribas litorais, “[...] em cascalheiras com calhaus rolados de quartzito de tamanho pequeno e médio e que constituem a quase totalidade da matéria-prima utilizada no fabrico de instrumentos. Raramente se encontram instrumentos sobre sílex, o qual tem origem em calhaus encontrados nas cascalheiras ou nas margens do Tejo.”²

Devido a factores diversos, em todo o concelho, não foram encontrados, até aos dias de hoje, vestígios arqueológicos do Mesolítico, apesar de serem frequentes no interior dos estuários dos rios Tejo e Sado. Em contrapartida, para o estudo do Neolítico, Almada dispõe de alguns locais significativos de fixação humana:

Dois povoados ou, melhor, acampamentos, caracterizados pela dispersão de vestígios em que primam as lareiras e/ou cabanas – Alto do Índio, Sobreira e Marco do Pacheco, Feijó – para o Neolítico antigo.

Para o Neolítico médio, foram encontradas três jazidas: uma na Ramalha, Cova da Piedade; outra na Quinta da Torre, Caparica e a última em Pêra de Bai-

xo, Trafaria.

Em relação ao período do Neolítico final, em Almada apenas foram encontradas estruturas sepulcrais, na única escavação efectuada, num espaço da propriedade do Seminário de S. Paulo, em Almada, compostas por duas grutas artificiais (uma das quais com utilização até à Idade do Bronze).



Fig. 2 - Caçoila campaniforme com decoração pontilhada (Gruta artificial de S. Paulo, Calcolítico final).

*“Os primeiros momentos da Idade do Bronze, na região em que nos integramos, dificilmente são perceptíveis e distintos do final do Calcolítico, entendendo-se como um prolongamento natural do período anterior, no que diz respeito ao espólio; muito provavelmente alguns campaniformes e outras peças cerâmicas de temática decorativa semelhante, mas com diferentes tratamentos de superfície e formas serão já cronologicamente integráveis no Bronze Inicial.”*³

Dos diversos locais onde foram encontrados povoados desta época (fundo de cabana do Pragal; Quinta do Percevejo, Caparica; Pêra de Baixo, Trafaria; Quinta do Marcelo, Almada) o mais importante foi,

1 - Luís Barros, *Introdução à Pré e Proto-história de Almada*, Câmara Municipal de Almada, 1998, p. 9.

2 - ob. cit. nota 1, p. 13.

3 - ob. cit. nota 1, p. 29.

sem qualquer dúvida, a Quinta de Almaraz.

Estação arqueológica com um estatuto patrimonial com classificação de “Interesse Público”, atribuído pelo Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), através de decisão do seu Conselho Consultivo em 2003, situa-se na faixa ribeirinha, frente ao Tejo, a uma altitude média de 50 metros, numa área de cerca de 4.1 hectares, que se estendem do Castelo de Almada até ao cais do Ginjal.

“[...] Almaraz, tal como mais tarde Almada, terá vivido sempre da complementaridade terra/rio, sendo a acessibilidade, tanto fluvial, através do porto de Cacilhas, como aos terrenos férteis da Caparica, questões fundamentais que futuras investigações terão de explorar. Independentemente das acessibilidades, a segurança de pessoas e bens estava garantida, quer pelas condições naturais quer pela construção de um sistema defensivo de muralhas e fossos, já identificados a Sul e a Este, que tornariam o povoado de difícil penetração.”⁴

Deste modo, aproveitando as condições naturais favoráveis existentes, esta área “foi ocupada, pelo menos desde o Neolítico Final/Calcolítico, tendo esse povoamento continuado de forma aparentemente ininterrupta até ao período Romano-Republicano, data a partir da qual deverá ter sido abandonada”.⁵

“As escavações que têm sido levadas a cabo na Quinta do Almaraz têm permitido a recolha de elementos relativos à economia e às formas de subsistência, bem como alguns dados sobre o provável urbanismo e sistemas construtivos. Deste último aspecto destacam-se as muralhas, de que se conservam troços de duas linhas (provavelmente existiria uma terceira linha mais exterior) e os fossos já identificados à frente da primeira linha e num outro ponto cuja associação à muralha não é clara; dentro do fosso têm surgido fragmentos de adobes, material utilizado frequentemente na construção das habitações (paredes e telhados), pelo que se deduz, sem qualquer dúvida que dentro da primeira linha de muralhas se

situa a principal área habitacional.

As formas de subsistência têm sido identificadas pela presença nas lixeiras de restos faunísticos, provenientes de recolção, caça e pesca (conchas de ameijoia, ostra, berbigão, caramujo, lapa e caracol terrestre, em especial, ossos de javali e veado e restos ósseos e escamas de peixes) e também do abate de animais domésticos (boi, cavalo, ovelha, cabra, porco e coelho). Subjacentes a estas formas de subsistência estão já duas actividades económicas de grande peso nestas comunidades, a pastorícia e todas as actividades com ela relacionadas (lacticínios, curtumes, lanifícios e aproveitamento de ossos e chifres) e a pesca e actividades associadas (conserva e salga de peixe e a produção de sal); a pesca está igualmente atestada pelo aparecimento de anzóis em bronze e pesos de rede em chumbo e cerâmica. A agricultura era uma actividade económica e de subsistência fundamental para estas populações; [...] a recolha de grainhas de uva atesta o consumo desta espécie.”⁶

Para além destes elementos, estão presentes ainda a fundição de metais, verificável pela presença de cadinhos de fundição com vestígios de ouro e escórias de bronze e ferro, além de olaria.

No concelho, o período romano pode ser acompanhado desde o séc. II a.C. até ao séc. VI d.C. e caracteriza-se pela acentuação da vida rural e industrial, com a criação de numerosas *villae*, assim como de fábricas de salga de peixe, concentradas em Cacilhas e Porto Brandão. Ganhou certamente maior destaque na sequência da elevação de *Olissipo* a município romano.

Até à presença muçulmana, a partir do séc. VIII, não foram encontrados vestígios de ocupação dos chamados povos bárbaros.

Não há dúvida alguma que é com a ocupação muçulmana que Almada se organiza em termos urbanos, sendo dotada de várias infraestruturas que irão perdurar até aos nossos dias. Deve a esta ocupação prolongada (de 711 a 1147) o seu próprio to-

4 - Luís Barros, *Almaraz, primeiro espaço urbano em Almada* (não publicado), p. 2.

5 - Idem, p. 3.

6 - Luís Barros, *Introdução à Pré e Proto-história de Almada*, Câmara Municipal de Almada, 1998, p. 36-38.

pónimo, provavelmente o seu castelo e uma produção agrícola e mineira (exploração de palhetas de ouro no Tejo) intensiva.

Com a Idade Média e o domínio cristão (a partir de 1147 e integrada na tomada de Lisboa) dá-se início a uma nova etapa evolutiva da vida almadense.

Do ponto de vista geográfico e de estratégia militar, Almada era um importante posto avançado para a defesa de Lisboa e para a evolução das tropas cristãs para Sul, uma vez que Sesimbra, Palmela e Alcácer do Sal ainda se encontravam sob domínio muçulmano.

Em 1170, D. Afonso Henriques concede “Carta de Foral” aos mouros forros de Almada, Palmela e Alcácer do Sal. Neste documento ficam estabelecidos os direitos e deveres daquela comunidade no seio de uma sociedade cristianizada. Para usufruírem o direito de protecção contra a autoridade de cristãos ou judeus, teriam, em contrapartida, de pagar ao rei “[...] *a alfitra, o azaqui, ou azoque, um morabitino annual a partir da idade em que começassem a ganhar a vida, a dízima de todo o trabalho efectuado; de adubar as vinhas do rei e vender os figos e o azeite que lhe pertencesse, pelo preço que então corresse na vila.*”⁷

Em 1186, à semelhança do que aconteceu com Palmela (por exemplo), Almada é doada à Ordem de Santiago em reconhecimento dos serviços prestados nas lutas pela Reconquista. Só mais tarde, no reinado de D. Dinis, em 1217, será novamente integrada na Coroa, como concelho autónomo, com todos os seus privilégios (e deveres).

Em 1190, D. Sancho I concede o Foral que constituirá a base administrativa e jurídica do Concelho, onde se especificam os privilégios e as obrigações de cada segmento social para com o seu rei.

Núcleo urbano de pequenas dimensões, crescendo para Sul num ângulo de 45°, estava rodeado de espaços de cultivo agrícola, onde imperavam os cereais, a oliveira, vinha, pomares e hortas. Por outro lado, a sua localização de “encruzilhada” entre as es-

tradas do Sul (Alentejo, Algarve e Espanha) e a travessia fluvial para Lisboa, permitia-lhe uma posição de excelência para as trocas comerciais com a principal cidade do país.

A cidade não podia existir sem esse espaço rural à sua volta e vivia em grande parte do domínio fiscal que sobre ele exercia, criando um conjunto de *núcleos-satélites*. Assim se formaram várias constelações em torno do Porto, Coimbra, Santarém, Lisboa, Évora e Silves – cidades de permanência da Corte, ao longo dos anos. Por outro lado, as guerras, a deterioração das vias terrestres e a compartimentação do espaço medieval criavam grandes dificuldades ao transporte de mercadorias em grosso, que só tinha condições para se realizar por via marítima ou fluvial. Do mesmo modo que a peregrinação para Santiago de Compostela e as cruzadas, após a conquista de Coimbra, permitiram o desenvolvimento das cidades a Norte do Mondego, a tomada de Lisboa transferiu para o Tejo o monopólio do comércio marítimo do Atlântico.

A interligação entre Lisboa e Almada vai-se apertando cada vez mais ao longo da sua história, permitindo a Almada consolidar-se como centro urbano e distinguir-se do seu termo (espaço rural). A própria legislação, sobretudo a partir de D. Afonso III, provoca aquela diferenciação. Concebe-se a aplicação da justiça sediada na vila, ou seja, em ambiente urbano.

Pelo “Rol dos Besteiros do Conto”, de 1422, pode-se verificar a hierarquia relativa das cidades e vilas portuguesas naquela data. Deste modo, obtém-se, à cabeça do reino, Lisboa, Évora, Santarém, Coimbra, Guimarães *ex-aequo* com Braga, Guarda, Torres Vedras, Almada, Setúbal, Elvas e Beja. Porto, Lamego, Viseu e Silves ficariam ainda no escalão de povoações menores.⁸

No entanto, não se deve esquecer uma outra fonte igualmente importante para estabelecer aquela hierarquia que são os assentamentos em Cortes. Com o seu início no séc. XIII, as precedências dos repre-

7 - Alexandre Flores; António J. Nabais, *Os forais de Almada e seu termo*, Câmara Municipal de Almada e Câmara Municipal do Seixal, 1983, p. 26.

8 - José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. II, Círculo de Leitores, 1993, p. 350.



Fig. 3 - Silo medieval, com recipiente cerâmico nele recuperado, em primeiro plano.

sentantes eram símbolo de distinção: primeiro as cidades e depois as vilas. Só Santarém constituiu matéria de excepção, quer devido às condições sócio-económicas, quer por ser a vila “onde os reis acotivavam”.⁹

A intervenção da Arqueologia em meio urbano vem confirmar as afirmações de que Almada foi ganhando o seu espaço de desenvolvimento, quer em termos demográficos, quer económicos. São frequentes os artefactos encontrados em porcelana oriunda da China, faianças importadas de Espanha e Itália, por exemplo.

A documentação revela que, em termos sociais, este local foi do agrado da principal nobreza do reino, da própria família real e de alguns burgueses importantes para estadias prolongadas. Em termos políti-

cos, todo o séc. XV é palco das deslocações dos procuradores de Almada às Cortes, para apresentarem questões relacionadas com a autonomia devida à governação própria dos concelhos, protestando contra atitudes senhoriais.

Com base nos estudos de Joaquim Romero Magalhães¹⁰, a Almada, ao longo do século XVI, continuam activas todas as estradas do Sul:

Espanha – Serpa – Cuba – Torrão – Alcácer do Sal – Setúbal – Almada Lisboa;

Faro – Loulé – Almodôvar – Messejana – Alcácer do Sal – Marateca – Palmela – Almada Lisboa;

Lagos – Alvor – Messejana – Alcácer do Sal – Marateca – Palmela – Almada Lisboa;

Tavira – Beja – Cuba – Torrão – Alcácer do Sal – Setúbal – Almada Lisboa.

9 - Idem.

10 - ob. cit. nota 8, vol.III, p. 325.

O primeiro grande surto urbano nacional coincide com o reinado de D. Manuel I, a que não foi estranho, obviamente, a prosperidade conseguida por via da expansão ultramarina. Deste modo, por estreita interligação, as cidades e vilas marítimas foram as que urbanisticamente mais se desenvolveram.

Em 1527, o rei, ao exercer efectivamente uma real centralização do seu poder, pôde ver criadas as condições administrativas necessárias à realização de uma contagem dos “vizinhos do reino”, dando origem, deste modo, ao primeiro cadastro de população nacional. Este processo é moroso, arrastando-se até 1532, devido à grande resistência dos senhores das terras.

Na comarca de Entre Tejo e Odiana, o duque de Bragança é proprietário de 13% do território. Almada, administrativamente integrada nesta comarca, surge neste Numeramento com 178 moradores. Os principais coutos existentes eram pertença do duque de Bragança, Casa do Infantado e Casa da Rainha.

Os habitantes tinham proveniência heterogénea, oriundos sobretudo do Sul e Beiras, migrando para uma maior proximidade do mar. Segundo nos dá conta Maria José Pimenta Ferro Tavares, haveria que contar ainda com uma comuna de judeus e de mouros¹¹.

Desconhece-se para o séc. XVII a tendência dos fluxos populacionais. No entanto, através dos trabalhos de António Hespanha nesta área, sabe-se que, no início da centúria seguinte, em 1706, a densidade populacional para o concelho de Almada oscilava entre os 20 a 29 hab./Km². Em 1800, a zona urbana teria entre os 1000 a 1299 fogos.¹²

Ao comparar-se estes dados com a distribuição regional da população em 1801, verifica-se que Almada está incluída no grupo dos aglomerados que sofreram um rápido crescimento, na passagem do séc. XVIII para o séc. XIX, apesar das enormes perdas sofridas em 1755, devido ao Terramoto, em número de pessoas, bens e casas.

Acompanhando este crescimento demográfico e

correspondente afirmação administrativa, a Câmara de Almada era presidida por um Juiz de fora, podendo aplicar, assim, a jurisdição de 1ª instância.

Se a vila foi crescendo e ganhando importância social, económica e administrativa até ao séc. XIX, o seu vasto termo permaneceu maioritariamente agrícola, constituído por inúmeras quintas e propriedades mais ou menos auto-subsistentes. As principais culturas continuavam a ser a vinha, cereais, oliveira, frutos e produtos hortícolas de regadio. As comunicações entre os vários aglomerados rurais, caracterizados por um povoamento disperso, eram escassas e faziam-se com alguma dificuldade – realidade que se manteve até aos primeiros anos do séc. XX.

A nível nacional e em termos económicos, o séc. XIX caracteriza-se pela decadência do sector primário. A abolição da Lei do Morgadio ao provocar o fracionamento da propriedade para áreas substancialmente mais diminutas e consequentemente não rentáveis, permite libertar uma grande percentagem de desempregados que iniciam uma série de vagas migratórias para os centros urbanos, especialmente localizados no litoral, em busca de uma colocação no sector secundário, então em expansão, na qualidade de mão-de-obra não especializada.

Esta evolução no sector secundário, que teve o seu início com a Revolução Industrial, vai destruir a lógica económica vigente de longa duração, obrigando ao afastamento do camponês da sua terra e levando-o para a cidade, onde irá habitar em condições precárias e completamente desenraizado. Aí, a fábrica vai absorver grande parte destes numerosos fluxos populacionais, instituindo uma nova forma de trabalho com horários rígidos e prolongados a que era obrigatório obedecer.

É, afinal, a transformação do camponês e do artesão-camponês no operário. O dia já não é comandado pelo Sol, mas pelo relógio.

Em Almada, as tendências esboçadas para a decadência do sector agrícola seguiram os mesmos pas-

11 - Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Os judeus em Portugal no séc. XIV*, Lisboa, Guimarães e Cª Editora, 1979.

12 - José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. IV, Círculo de Leitores, 1993, p. 56-57.

sos que no resto do país, a que também não foi alheia uma grave epidemia de *oidium* que inutilizou a maior parte das vinhas.

A industrialização irá centrar-se nos núcleos mais próximos da vila de Almada – Cova da Piedade, Caramujo/Romeira, Mutela, Cacilhas, Ginjal. Estes terrenos de características pantanosas e periféricos, onde o preço por metro quadrado era mais baixo, permitiam uma construção em massa com a constituição de quarteirões fabris de áreas generosas.

Este fenómeno de expansão industrial constituiu-se numa das principais causas de desenvolvimento económico, demográfico e urbanístico que o concelho viria a conhecer nos anos seguintes.

Instalam-se os estaleiros navais de António José Sampaio e de Hugo Parry & Son no Ginjal, em 1863 e, por motivos de crescimento da empresa, deslocar-se-ão mais tarde para Cacilhas; fábricas de cortiça na Cova da Piedade, Caramujo/Romeira, Mutela e Cacilhas; de produtos químicos Lerzedelo e C^a na Margueira; da Companhia de Fiação de Tecidos Lisbonenses em Olho de Boi; de conservas de peixe no Ginjal; de moagem no Caramujo/Romeira, mediante um sistema moderno e dinâmico ao nível europeu.

Deste modo, até aos anos 40 do séc. XX, houve o desenvolvimento de um conjunto urbano (coexistindo com uma rede de núcleos predominantemente rurais), devido à migração de recém chegados oriundos essencialmente do Alentejo, Beiras e Algarve, que provoca um crescimento demográfico acentuado. É o período em que a Cova da Piedade, Pragal, Cacilhas e mesmo o Laranjeiro conhecem alguma expansão urbanística. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, em 1900 Almada teria 15.764 habitantes; em 1911, 18.076; em 1930, 23.694; em 1940, 25.930 hab. e, finalmente, em 1950, 43.768 habitantes.¹³

O núcleo urbano da vila de Almada, ao longo do período anteriormente referido, manteve-se sensivelmente dentro dos limites do séc. XVIII, se bem que tenha havido alguma intervenção planeada e re-

cente (anos 30, 40 e 50). O Terramoto de 1755 fez-se sentir na vila com grande violência, tendo provocado a derrocada de grande parte das casas existentes. A reedificação foi lenta, arrastando-se pelo séc. XIX e princípios do séc. XX, alterando totalmente o perfil medieval das ruas. Este fenómeno é possível analisar pela leitura dos “Livros de Décimas” do séc. XIX, em que grande número de casas são dadas como estando ainda em ruína ou desaparecidas.

No entanto, entre as décadas de 40 e 60 do séc. XX, o núcleo urbano de Almada é testemunha de uma evolução urbanística decisiva que o irá caracterizar até aos dias de hoje. As intervenções tornaram-se possíveis após a aquisição dos terrenos da Quinta do Conde (1947) e da Quinta dos Serras (1949),¹⁴ seguidas da abertura da via no sentido Nascente-Poente (Av. Afonso Henriques), que se encontra apoiada em duas praças, suportada por Planos Parciais de Urbanização (no seguimento da política implementada por Duarte Pacheco), numa tentativa, infelizmente nunca aplicada, de controle e ordenamento das tendências de expansão e especulação desenfreada que se começavam a sentir. Eixo estruturante da parte nova da vila, permite, ao mesmo tempo, a ligação ao núcleo de Cacilhas e ao terminal fluvial. Será complementada depois por outro eixo composto pela Av. Nuno Álvares Pereira, que permitirá a ligação ao Pragal, Cova da Piedade e interior do concelho.

Neste período, o desenvolvimento industrial que florescera nos anos anteriores, pouco se faz sentir. Só o arranque do Arsenal deslocado para o Alfeite (cujos edifícios foram projectados e construídos, em grande parte, por alemães em pagamento da dívida da 2^a Guerra Mundial), constituiu a grande diferença. Pela primeira vez, para possibilitar a deslocação eficiente dos seus operários, houve que estruturar uma carreira de transportes colectivos rodoviários eficientes, sediada em Cacilhas.

O recrutamento de mão-de-obra para o Arsenal teve, como consequência imediata, a chegada de no-

13 - Jorge Rodrigues, “Almada: Como Nasce Uma Cidade”, in *Actas das 2^{as} jornadas de estudos sobre o concelho de Almada*, Câmara Municipal de Almada, 1998, p. 70.

14 - Idem.

vos surtos migratórios ao concelho o que provocou, por sua vez, a urbanização, em larga escala, de áreas como a Cova da Piedade, Laranjeiro e Feijó.

A inauguração da ponte sobre o Tejo, em 1966, a instalação da Lisnave na Margueira, em 1967 e da fábrica Timex na Sobreda de Caparica, em 1970, tornaram-se factores de mudança radical no concelho. Rapidamente, o crescimento demográfico quase duplicou, tornando Almada o concelho mais populoso da Área Metropolitana de Lisboa a Sul do Tejo (em 1960 haveria um total de 70 968 residentes para 107 575, em 1970), relegando Setúbal para segundo lugar. A oferta de trabalho nos grandes complexos industriais metalúrgicos que então floresciam, juntamente com preços mais acessíveis das habitações em relação a Lisboa, numa época em que, no interior do país, se sentia fortemente os efeitos da crise da agricultura dos anos 60, favoreceu esta conjuntura.¹⁵

A expansão urbanística na década de 1966-1976 é avassaladora, caracterizada por uma lógica de ruptura com os tecidos urbanos preexistentes e com os anteriores usos do solo, de génese ainda rural. Ao período de uma lógica de prédios de arrendamento a preços baixos, segue-se uma outra de especulação imobiliária sem limites nos centros urbanos e de proliferação de edifícios clandestinos nas zonas agrícolas.

Como consequência mais evidente, a especulação imobiliária preocupou-se apenas com a construção de cariz residencial preenchendo todo o lote, deixando o concelho com graves carências aos níveis de equipamentos e infraestruturas. As áreas rurais da Costa de Caparica, Sobreda e Charneca de Caparica são eclipsadas e substituídas pelas construções clandestinas que se expandem e consolidam.

O 25 de Abril marca uma ruptura de regime que cria as condições para a participação e decisão democrática na gestão e transformação municipal. Entre Maio de 74 e Dezembro de 75, a Comissão Administrativa da Câmara inicia um amplo processo de diagnóstico da situação existente, articulando reivindicações e iniciativas autárquicas, associativas e do po-

der central e adopta medidas para travar o crescimento desorganizado.

A partir de 1976 é definido e estabilizado o quadro legislativo que consagra a natureza do poder local com capacidade de actuação eficaz no ordenamento local do território (competências, orçamentos e planos de actividade autónomos do poder central).

Até final da década de 80, a prioridade é estabelecida para a infraestruturização básica e para o ordenamento do território. O investimento municipal foi orientado para a renovação e ampliação da rede de captação e abastecimento de água, da rede de esgotos e para a criação de um sistema de recolha e de destino final dos lixos.

São prioridades a redução dos anteriores índices de construção, a diversificação de usos e salvaguarda de terrenos para zonas verdes e para equipamentos, iniciando-se a ampliação do parque escolar e a criação da rede municipal de infraestruturas desportivas, culturais, sociais e juvenis.

Os encargos de urbanização passam a ser suportados pelos promotores imobiliários e inicia-se a cobrança da taxa de urbanização para o financiamento de infraestruturas e de equipamentos colectivos. Instituem-se regras e mecanismos de reconversão e controlo de urbanizações de génese ilegal.

São feitos ou revistos novos planos gerais, parciais e de pormenor, que cobrem 95% da área do concelho. Prevê-se pela primeira vez um Parque Urbano para a cidade, iniciando-se a salvaguarda e expropriação de terrenos.

A relação da cidade com a área metropolitana, através da definição de uma rede viária intermunicipal de Almada, Seixal e Sesimbra é consagrada no Plano Interconcelhio de Ordenamento de Circulação (1980).

Asseguradas as necessidades básicas dos cidadãos, a década de 90 marca uma nova fase da vida urbana.

O Plano Director Municipal (aprovado pela Câmara em 1993) culmina o processo de planeamento e

15 - Idem.



Fig. 4 - Aspecto da reabilitação urbana. Cais do Ginjal.

ordenamento do território dos anos 80 e decorre de uma estratégia global integrada de desenvolvimento.

O conjunto do edificado que se apresenta actualmente não é mais do que o resultado de um processo complexo de variadas construções de particulares de épocas diferentes, de reconstruções que se vão perpetuando ao longo dos tempos, acompanhadas pelas alterações dos próprios residentes, a par das decisões políticas e técnicas de gestão.

Estes aspectos, ao serem estudados com o objectivo de encontrar a identidade do lugar onde se habita e a que se pertence, permitem o acesso da população em geral ao conhecimento sobre como e quem “faz” a cidade.

A par da qualificação urbana, da valorização ambiental e da modernização funcional da cidade, desenvolveram-se respostas de âmbito sociocultural diversificadas: criadas novas unidades educativas, ampliada a rede de apoio social e de solidariedade, aumentada e qualificada a rede de equipamentos culturais especializados. No espaço público, a preservação e valorização da memória do bairro alia-se à construção de novas centralidades urbanas, de que são exemplos a reabilitação no centro histórico de Alma-

da, mas também a nova praça da Liberdade, o Jardim do Rio, ou a conclusão do Parque da Paz.

Após 1974, sob influência do movimento internacional de inovação museológica e na circunstância favorável da alteração do regime político, os museus municipais diversificam as suas vocações, assumindo-se como pluridisciplinares, reunindo colecções com objectivos pré-determinados que se aproximam da perspectiva de museus de identidade, alargando campos de estudo visando o desenvolvimento socio-cultural. Novas práticas museológicas rompem com as rotinas convencionais. Altera-se a noção de objecto musealizável, alargando-a quase até ao infinito. Tudo pode ser objecto de museu desde que investido de um valor comunicativo reconhecido. O património democratiza-se. As próprias colecções passam a poder abranger tudo o que existe no território e pertence aos seus habitantes, ainda que não entre nunca nas reservas do Museu. Musealizar passa a ser tornar um determinado objecto inteligível dentro de um qualquer percurso expositivo, fazendo-o valer pelo que significa e pelo feixe de relações que mantém na sociedade. Esta perspectiva foi acolhida com entusiasmo a nível dos museus de âmbito local, pelas au-

tarquias e pelo movimento associativo de defesa do património, assente numa intervenção baseada numa determinada população e num território, na interdisciplinaridade, na memória colectiva, contribuindo para o desenvolvimento comunitário integrado.

É no contexto de uma cidade e concelho em acelerada transformação económica, social e física que surge no início da década de 80 a criação do Museu Municipal de Almada (MMA), por convergência do interesse da Autarquia e o começo de uma maior incidência de investimento generalizado em infraestruturas culturais, a par da pressão exercida pelo Centro



Fig. 5 - Aspecto da reabilitação da frente ribeirinha. Em último plano, elevador do Ginjal.

de Arqueologia de Almada (associação local determinante, à época, na prospecção, inventariação, escavação e divulgação do património do concelho bem como para a formação dos primeiros quadros locais neste domínio).

Previsto como uma estrutura polinucleada, o MMA contou inicialmente com três núcleos museológicos, a que se acresceram outras estruturas expositivas:

- ! História Geológica e Arqueológica do Concelho (Convento dos Capuchos, 1984-92; edifício da antiga Escola Primária António José Gomes, 1993-94);
- ! Núcleo de Arqueologia e História (criado em 1994 e situado no Olho de Boi, integrou a anterior estrutura do Núcleo de História Geológica e Arqueológica do Concelho);

- ! Núcleo Naval (Olho de Boi, estabelecido em 1991);
- ! Núcleo da Água (Depósito de Água do Pragal, criado em 1992);
- ! Solar dos Zagallos - Núcleo de Olaria Tradicional Portuguesa (Sobreda, criado em 1993 e integrado, desde 1997, na Divisão de Acção Sócio-Cultural);
- ! Núcleo Medieval/Moderno (Museu de Sítio, criado em 2001, em Almada Velha);

Em 1994, após uma reorganização de serviços municipais, o MMA foi incorporado na Divisão de Museus, integrada no Departamento de Acção Sócio-Cultural.

O Gabinete de Estudo e Recuperação dos Núcleos Históricos, anteriormente criado (1987), foi integrado no Departamento de Planeamento Urbanístico como Divisão de Qualificação Urbana (em 1994), a quem foram cometidas as funções de estudo, salvaguarda, recuperação e reabilitação das zonas históricas do concelho.

Em 1998, foi criada a Direcção de Projecto do Museu da Cidade, visando a constituição desta nova estrutura museológica, inaugurada no final de 2003. Esta organização de serviços pressupõe uma colaboração estreita entre os diversos equipamentos municipais, rentabilizando recursos e saberes de acordo com projectos e linhas de acção, de que são exemplos mais significativos a gestão de colecções e acervos, os trabalhos de arqueologia, as intervenções de educação e animação patrimonial, nomeadamente em articulação com a comunidade educativa.

O acervo museológico é variado (independentemente da estrutura de serviços que o gere directamente, embora a caminho de um inventário integrado):

- ! Arqueologia: particularmente expressivo em relação ao Neolítico, Calcolítico, Idade do Bronze, Idade do Ferro, períodos Medieval e Moderno. Possui ainda um espólio significativo do período Islâmico e algum pertencente ao Paleolítico e ao Romano;
- ! Arqueologia Industrial: essencialmente sobre construção naval em madeira e em ferro, pro-

veniente das extintas Companhia Portuguesa de Pesca, Parry and Sons e estaleiros da Margueira da Lisnave, reunindo um conjunto significativo de ferramentas, maquinaria e documentação (imagens fixas e em movimento e recolhas orais). Existem ainda peças em número significativo provenientes das oficinas do Arsenal do Alfeite, assim como maquinaria retirada de fábricas de cortiça do concelho, entretanto extintas. Existe ainda algum espólio nas áreas da tanoaria e relojoaria.

- ! Etnografia: colecção de cerca de 600 peças de olaria tradicional portuguesa, recolhidas em todo o país por uma associação local de intervenção comunitária; algumas alfaias agrícolas; ferramentas, objectos e documentação sobre ofícios no concelho (carpintaria, tipografia, sapateiros, ferradores, alfaiataria); peças e documentação sobre empresas de transportes no concelho; peças e documentação sobre a história do ensino no concelho; peças e documentação sobre o movimento associativo.
- ! Fotografia: cerca de 8000 negativos em diferentes suportes sobre o concelho de Almada, a preto e branco e côm, abrangendo essencialmente o séc. XX.
- ! Azulejaria: no essencial, a colecção do Capitão Correia de Campos (azulejos alicatados provenientes do Norte de África e de aresta recolhidos em todo o país; exemplares recolhidos em intervenções arqueológicas realizadas no concelho).

! Malacologia: 2000 peças doadas por António Gonçalves Martinho, recolhidas na sua maioria na costa de Moçambique e em Timor.

! Pinacoteca: essencialmente aquisições da Câmara a vários artistas plásticos.

Partindo desta realidade, em síntese, podemos considerar como linhas de força da política museológica e de preservação do património em Almada:

! Consolidar e ampliar a rede de equipamentos museológicos pela complementaridade de núcleos especializados: Museu da Cidade, vocacionado para uma leitura generalista sobre a

história urbana do concelho, remetendo para exposições temáticas sobre dinâmicas de transformação culturais, socioeconómicas, urbanísticas que traduzam a riqueza do meio urbano contemporâneo; pólos museológicos específicos, decorrendo a sua vocação expositiva da musealização *in situ* de estruturas e acervos de interesse patrimonial – Núcleos Medieval/Moderno, da Água, Naval, musealização prevista da estação arqueológica de Almaraz, Zagallos como núcleo de artes e tradições populares associadas ao passado rural do concelho.

- ! Conhecimento do território através da organização de circuitos temáticos de interpretação, de exploração acompanhada ou individual (sinaléticas, guiões de apoio, exploração de situações dramatizadas, consoante os públicos alvo).



Fig. 6 - Atelier de animação pedagógica da exposição central do Museu da Cidade.

! Facilitar a divulgação e acessibilidade de públicos diferenciados às colecções, serviços e actividades dos diferentes núcleos museológicos com utilização de novas tecnologias de informação e comunicação, numa lógica de serviço público (actualmente em curso no âmbito do Programa Almada Cidade Digital).

! Uma metodologia integrada e transversal de intervenção por projectos/programas de inventário, preservação, salvaguarda e divulgação.

ção, reunindo os recursos municipais, mas também iniciativas associativas e da comunidade educativa, numa lógica de participação, de acordo com os princípios das Cidades Educadoras.

- ! Caminhar para a integração da rede museológica municipal numa rede mais vasta (regional, nacional, internacional), facilitando dinâmicas de investigação, troca de experiências, formação técnica, etc.

“ *Há experiências que se aprendem e depois por inércia ficam a gastar-se, encostadas ao tempo ganhando a dureza dos fósseis; Outras esquecem-se, tão simplesmente como isso; Outras nem chegam a saber o sabor de serem sabidas; Outras formam teimosamente o desenho do puzzle cujos contornos nos fogem.*

É assim da experiência de cada um de nós.

É destes escombros que ficam os depósitos e as memórias que a história acumula e que nos são oferecidos para pensar, para verificar, para discutir, para aceitar, duvidar e dar de novo, para julgar da importância, do fingidamente inexistente, do que é oculto e do que tem muita luz.

É um pouco assim que cada um de nós é história [...]

Destes e doutros ingredientes se fazem as exposições”¹⁶

BIBLIOGRAFIA GERAL

A.A.V.V. (1993) - *Actas das jornadas de estudos sobre o conce-*

lho de Almada, CMA.

A.A.V.V. (1998) - *Actas das 2^{as} jornadas de estudos sobre o concelho de Almada*, CMA.

BARROS, L. (1998) - *Introdução à Pré e Proto-história de Almada*, CMA.

BARROS, L., *Almaraz, primeiro espaço urbano em Almada*, (não publicado).

CAETANO, M. (1981) - *História do Direito português (1140-1495)*, Verbo.

CRUZ, M.A. (1973) - *A margem sul do estuário do Tejo: factores e formas de organização do espaço*, Montijo (ed. de autor).

FLORES, A.; NABAIS, A.J. (1983) - *Os forais de Almada e seu termo*, CMA e CMS.

GASPAR, J. (1970) - Os portos fluviais do Tejo. *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, vol. V, nº 10.

HESPANHA, A. (1986) - *As vésperas de Leviathan. Instituições e poder político (Portugal – séc. XVII)*, 2vols, Rio de Mouro.

MAGALHÃES, J.R. (1970) - *Para o estudo do Algarve económico durante o séc. XVI*, Lisboa, Cosmos.

MARQUES, A.H. de O. (1986) - *Portugal na crise dos sécs. XIV e XV*, Lisboa, Editorial Presença.

MARQUES, A.H. de O. (1984) - *História de Portugal*, Lisboa, Palas Editores, 10^a ed., 3 vols.

MATTOSO, J. (Dir.) (1993) - *História de Portugal*, Lisboa, Circulo de Leitores, 8 vols.

MAURO, F. (1989) - *Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670)*, Lisboa, Estampa, 3^a ed., 2 vols.

RODRIGUES J. (1998) - Almada: como nasce uma cidade, *Actas das 2^{as} jornadas de estudos sobre o concelho de Almada*, CMA.

TAVARES, M.J.P.F. (1979) - *Os Judeus em Portugal no séc. XIV*, Lisboa, Guimarães e C^a Editora.

TAVARES, M.J.P.F. (1987) - *Inquisição e judaísmo. Estudos*, Lisboa, Presença.